



Ignácio Ferreira/AE

Vidigal: a privatização também precisa ser atacada rapidamente

Industriais criticam juros altos

Empresários acham que as altas taxas são o pior inimigo da atual política econômica

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), José Alencar Gomes da Silva, acha que as altas taxas de juros reais que dominam a economia brasileira trazem consequências graves à indústria do País. Na sua opinião, o governo deveria adotar medidas urgentes para reduzir as taxas elevadas que neutralizam os efeitos da política monetária restritiva adotada pela equipe econômica: "Com taxas que chegam a 10% ao mês, fica difícil o empresário não incluir esses índices nos preços dos produtos".

A taxa de juros é, na verdade, uma das principais preocupações de vários empresários entrevistados pelo **Estado**. Solicitados a atribuir notas à política econômica nesses sete primeiros meses de governo, eles deram entre sete e nove. Certos de que o governo sai fortalecido das eleições, os empresários

esperam que a equipe econômica tome novas medidas que garantam o processo de estabilização da economia. Gomes da Silva, que dá nota 8,5 à política econômica, acha que o governo deve agora ser mais intransigente com as instituições financeiras: "Os bancos de certa forma se beneficiam da política inflacionária", afirma.

A correção da diferença cambial é outra medida que os empresários consideram prioritária. "É necessário ajustar o preço do dólar, para que os exportadores não tenham prejuízo. Os custos internos estão crescendo e o ajuste precisa ser compatível", sustenta Raul Trombini, presidente da Trombini Embalagens, de Curitiba, empresa que teve o melhor desempenho do setor no ano passado.

Já Luiz Carlos Mandelli, presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs) — que dá nota sete à política econômica adotada nesses sete meses — acha que "o governo tem de instalar a efetiva liberdade cambial, pois essa é a melhor forma de garantir o equilíbrio entre importações e exportações".

GASTOS ABUSIVOS

Mandelli também critica a atuação ainda limitada do governo na tentativa de frear o endividamento dos Estados e municípios. Como ele, outros empresários consideram que esse é um foco importante de pressão inflacionária. "Seria preciso dar um puxão de orelhas nos Estados que gastam abusivamente", diz Sérgio Prosdócimo, presidente da Refrigeração Paraná, de Curitiba, que dá nota oito à política econômica. Stefan Salej, presidente do Centro das Indústrias das Cidades Industriais (Cici), de Minas Gerais, é outro que engrossa o coro dos descontentes com a atuação do governo nessa área. Na sua opinião, o governo conseguiu ser relativamente eficiente na moralização do Estado no plano federal, mas falta estender esse combate aos governos estaduais e municipais.

Outra questão que deve ser atacada pelo governo é a da privatização. Nessa área, todos concordam que houve muita promessa e pouca ação. "É fundamental acelerar o

processo de privatização das estatais, que permitirá modernizar a economia e trazer novas fontes de recursos ao Estado", diz Antonio Carlos Vidigal, presidente da Coca-Cola do Rio de Janeiro. O primeiro setor a ser privatizado, resalta ele, é o siderúrgico. Inadiável também para Vidigal é o realinhamento dos preços dos derivados de petróleo. Ele defende a tese de que não se pode prejudicar a rentabilidade da Petrobrás com uma política de preços reprimidos.

O sucesso das novas medidas que poderiam ser adotadas pelo governo depende em grande parte de um entendimento nacional, na visão dos empresários. "É imprescindível o entendimento entre patrões, empregados, governo e partidos políticos", resalta Gomes da Silva, da Fiergs. Salej, da Cici, também acredita que o pacto é o melhor caminho para conciliar a ação social ao desenvolvimento. Reconhece, porém, que os empresários têm de fazer mais no que se refere ao desenvolvimento tecnológico, uma vez que a produtividade da indústria brasileira ainda é muito baixa.